

Beijing +10:

Feministas combatem aliança entre EUA e Vaticano na ONU

Na 49ª Sessão da CSW – Comissão da Condição Social e Jurídica da Mulher (ONU), em Nova York, destaca-se, até o momento, o isolamento norteamericano na defesa de emendas à Plataforma de Beijing. A proposição dos Estados Unidos foi contestada por países africanos, através de posicionamento expresso pela África do Sul, e também por representantes de governos do Sul e do Centro da América Latina, além da União Européia, Suécia e Noruega.

De acordo com informe enviado por Alejandra Sardá (Comissão Internacional dos Direitos Humanos da Comunidade Lésbica e Gay, integrante do Comitê de Seguimento de Beijing +10 na América Latina e Caribe), os Estados Unidos já haviam apresentado proposta, no início dos debates, para que a reafirmação da Plataforma e do documento aprovado em Beijing+5 estivesse condicionada ao acordo de que, como princípio, isso não significaria a criação de novos direitos humanos no plano internacional. A proposta, apoiada apenas pelo Vaticano, foi mais uma investida do governo norteamericano no sentido de combater os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, e particularmente o direito das mulheres ao aborto, a exemplo do que vinha ocorrendo nas reuniões regionais do processo Beijing+10.

Frente a esta aliança do Governo Bush com a Igreja, não resta dúvida que o fim da participação do Vaticano nas Nações Unidas é uma das condições para a implementação da Plataforma de Beijing e para a reestruturação da ONU. Tal como enfatizou a Declaração das Mulheres da América Latina e Caribe, ante a 49ª Sessão da CSW (veja CONtextos), a presença da hierarquia da Igreja Católica tem contribuído apenas para “abafar o caráter plural, cidadão, democrático e laico dos Estados e invalidar o direito das mulheres a ter direitos”,

Contra a mercantilização do corpo da mulher

Ativistas do movimento negro, defensoras/es de direitos humanos, feministas e ativistas do movimento de mulheres em Pernambuco entraram ontem (8) com representação no Ministério Público Federal contra as propagandas de cerveja que exploram a objetificação do corpo da mulher. A ação junto ao MP foi uma das atividades da sociedade civil que marcaram o 8 de março, no Estado.

Em diálogo com o promotor que recebeu a representação, as/os ativistas destacaram, entre outras coisas, a crescente mercantilização do corpo da mulher nos comerciais, com freqüente utilização de estereótipos, discriminação contra mulheres idosas e incitação do interesse sexual dirigido a adolescentes e meninas. Na audiência, também foi citada a representação já realizada pelo Cladem contra a Kaiser, em janeiro de 2003.

Além da representação no Ministério Público, as organizações de Pernambuco pretendem realizar ações para sensibilizar a sociedade para a questão e, neste mês de março, vão aproveitar as atividades ligadas ao Dia Internacional da Mulher para convocar outras entidades da sociedade civil a se integrarem nesta luta.

Assinaram a representação: Observatório Negro, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Articulação de Mulheres Brasileiras, SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, Centro de Cultura Luís Freire, Cendhec, Articulação Negra de Pernambuco, Conselho Regional de Psicologia (PE) e Gajop. Mais informações: amb@articulacaodemulheres.org.br.

Mulherio no rádio

Estreou neste 8 de março, o programa "Mulherio", uma revista radiofônica que pretende acompanhar a implementação dos eixos do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, aprovado na I CNPM, em julho do ano passado. O "Mulherio" será apresentado pela jornalista Mara Régia, que nos anos 70, através de outro programa, o "Viva Maria", colocou o rádio a serviço da mobilização das mulheres na luta por direitos, inspirando a criação de vários programas apresentados por mulheres, em rádios espalhadas por todo o país.

O "Mulherio" irá ao ar aos sábados, das 09 às 10h, na Rádio MEC (Rio de Janeiro) e será retransmitido para outras emissoras através do Sistema Radiobrás.

Quem ganha com os transgênicos?

Extintos os obstáculos para os transgênicos no país, depois da aprovação da Lei de Biossegurança pelo Congresso, na semana passada, a bancada ruralista comemora.

Se a adoção da transgenia poderá provocar enormes prejuízos ao meio ambiente e riscos à saúde da população, como o governo federal poderá sancionar uma lei que permitirá que o uso de transgênicos fique apenas condicionado à opção de quem deseja cultivar plantas transgênicas no lugar das convencionais?

Pois é isso mesmo. A lei aprovada no Congresso dispensa a obrigação de licenciamento ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente e de avaliação de riscos à saúde pelo Ministério da Saúde, conferindo apenas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) poderes exclusivos na liberação da produção comercial de organismos geneticamente modificados.

O governo federal não parece preocupado nem mesmo diante das experiências de outros países, como os Estados Unidos e a Argentina, onde já se verificou que, após sete anos de plantio regular de transgênicos, é crescente o uso de herbicidas, evaporando-se as "vantagens" e ficando apenas a dependência de quem planta em relação às empresas que comercializam sementes patenteadas. Isso sem falar que 25 países da União Européia se fecham para produtos transgênicos e preferem, por exemplo, a soja convencional e orgânica, conforme dados divulgados pela Campanha Por um Brasil Livre de Transgênicos.

Mulheres em Destaque

Ontem (9), o governo do Estado de Alagoas homenageou a feminista, coordenadora da Redeh e atual representante da AMB no CNDM, Schuma Schumacher, com a comenda *Nise da Silveira*. Em Pernambuco, a Assembléia Legislativa dedicou a medalha Mulheres de Tejucupapo à feminista e socióloga Betânia Ávila, coordenadora geral do SOS Corpo, e também à Cooperativa de Produção Agropecuária Dorcelina Folador, composta por trabalhadoras que integraram o primeiro assentamento de mulheres do país. Na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, entre as dez premiadas com o Diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, neste 8 de março, estava a ativista indígena e escritora Eliana Potiguara.

Este ano, o Senado Federal homenageia (dia 10) através do Diploma Mulher "Berta Lutz" a coordenadora do Comitê Brasileiro *1000 mulheres para o Nobel da Paz* e atual conselheira do CNDM, Clara Charf, além da química cearense Maria da Penha Fernandes, ativista da luta contra a violência de gênero, da qual é vítima.

CONtextos

Anexamos a esta edição do *Articulando* a declaração do movimento feminista e de mulheres na 49ª Sessão da Comissão Jurídica e Social da Mulher (CSW). Entre outras mulheres, participaram da elaboração do documento: Gina Vargas, Line Bareiro, Cecília Olea e Lucy Garrido, da Articulação Feminista Marcosur.

Após a leitura dessa declaração, ativistas da Marcosur (todas com as enormes bocas da Campanha contra os Fundamentalismos), entregaram à representante norte-americana, ao término da reunião, uma caixinha cheia de centavos de dólar dizendo-lhe: "As mulheres latino-americanas devolvem 'la plata' que os EUA gastaram em nossa região" – gesto que foi prontamente acolhido pela representante norte-americana, pois pensou tratar-se de um presente... Este foi um dos protestos das feministas ao pronunciamento da representante do governo norte-americano, pelo relato que fez sobre *a conta* de gastos de seu governo na América Latina e nos países pobres.

8 de março nos Estados

Ceará

Este ano, o Fórum de Mulheres Cearenses escolheu o lema “Nem festas, nem promessas”, queremos políticas públicas – pela efetivação de direitos e pelo fim da violência contra as mulheres”. A programação foi definida por dezenas de entidades do movimento de mulheres e outras organizações, e as atividades iniciadas desde o final de fevereiro.

Como resultado da pressão política que o Fórum vinha exercendo sobre o Estado, serão realizadas, ainda este mês, audiências públicas na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa. Em resposta às demandas apresentadas pelo Fórum, em janeiro, o governador encaminhou projeto de Lei (dia 7) definindo 2005 como Ano Estadual da Mulher e criando dois grupos de trabalho: um para coordenar políticas voltadas para as mulheres e outro com participação da sociedade para fortalecer políticas públicas que contribuam para melhorar a vida das mulheres.

Dentro da programação do movimento, a Comissão de Mulheres da CUT lançou hoje (9) a Campanha “Violência contra a mulher – tolerância nenhuma”. Ontem, aconteceram vários atos públicos no interior do Estado, realizados numa parceria do Fórum com Coletivos de Mulheres da Fetraece, a Casa Lilás, o Fórum de Mulheres do Centro-Sul, a União de Estudantes do Maciço de Baturité, o Movimento de Mulheres Ibiapabanais, o Conselho da Mulher de Sobral, a Pastoral Social de Tianguá e a Secretaria de Mulheres da Fetamce.

Minas Gerais

Neste 8 de março, o Fórum de Mulheres de Belo Horizonte utilizou vagões de trem (sobre rodas) para circular pelas ruas do Centro, promovendo atos públicos em pontos estratégicos, distribuindo panfletos e convocando as pessoas a ingressarem no trio. Os vagões foram decorados com faixas que trouxeram, entre outras coisas, a luta das mulheres pelo direito ao aborto. Antes da saída do trio, as mulheres fizeram intervenções sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, violência contra mulheres e Beijing+10. Ainda no dia 8 foi lançada uma agenda de atividades relativas à implementação de políticas para mulheres, em Belo Horizonte.

Rio de Janeiro

Este ano, a AMB-RJ e a Rede Feminista de Saúde/RJ montaram uma barraca na Cinelândia, onde foram distribuídos diversos materiais do movimento, entre os quais: a revista Bocas no Mundo nº 04, da AMB, que tratou em diversos artigos sobre Beijing +10. Também foi lançada a cartilha editada pelo Comitê de Mulheres da Aliança Social Continental “As mulheres em defesa da água como direito humano fundamental”. Fora da capital, o Movimento de Mulheres de Cabo Frio e a Comissão Permanente da Mulher Advogada da OAB promoveram, também dia 8, um encontro para debater a criação de um Centro de Referência (NIAM) para a Mulher no município.

Piauí

Com o tema “Mulheres e os Direitos Humanos”, o Fórum de Mulheres Piauienses organizou, em parceria com diversas entidades, uma extensa agenda de atividades em referência ao 8 de Março, entre elas um Ciclo de Debates sobre *Fundamentalismo e Estado laico; Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos*. Dia 12, será promovido no Sindicato das/os Comerciaristas/os uma palestra seguida de debate sobre “O papel da mulher na política sindical”. Dia 23, será realizada uma audiência pública sobre violência contra a mulher no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Piauí.

Ontem (8), foram realizados: cafés da manhã promovidos pelas trabalhadoras rurais e pelo Sindicato das/os Comerciaristas/os; audiência no Incra e no INSS sobre a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais; reunião no Conselho Estadual de Saúde; sessão solene na Assembléia Legislativa e uma caminhada pelas ruas do centro.

No Piauí, toda a programação referente ao 8 de março foi organizada pelo Fórum Estadual de Mulheres, CUT, SINTE-PI, SINTRAJUFE-PI, Sindicato das/os Comerciaristas/os, Núcleo de Mulheres do MST e Sindicato de Trabalhadoras/es Rurais de Teresina.

Participam como entidades parceiras: Gemdac, Sintepi, Grupo Matizes e Sindicato dos Rodoviários.

Em **Santa Catarina**, foram realizadas manifestações pelo 8 de março na Grande Florianópolis e no município de Chapecó. As mulheres escolheram o tema: "Mulheres e Homens – direitos iguais, nenhum a menos!". De acordo com Zilda Quadros, integrante do comitê político da AMB, um acampamento (7e8março) organizado pelo Movimento de Mulheres Camponesas, organizações feministas e de mulheres, além de outros movimentos sociais foi o principal ato político das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, dando visibilidade aos seguintes eixos de luta: Combate ao modelo econômico, Água, Previdência Pública e Enfrentamento da Seca. Na noite do dia 7 foi realizada uma vigília pelo fim da violência contra as mulheres e contra a violência em todas as suas formas, que foi encerrada com uma caminhada com tochas pelo centro de Florianópolis.

Ainda no dia 7, em ato público organizado pelas mulheres, foi lançado o movimento estadual de luta por creche, articulando movimentos sociais, sindicatos e mandatos populares. No Largo da Alfândega (Florianópolis), local do ato, foram montadas diversas tendas onde foram distribuídos materiais sobre direitos das mulheres e das meninas, prevenção de DSTs e Aids, livre orientação e expressão sexual, além de outros sobre saúde sexual e saúde reprodutiva. Ao final do dia 8, foram realizados atos de protesto e de reivindicações diante das sedes do Incra, INSS, Secretária Estadual da Saúde e outros órgãos.

Pernambuco

Um debate sobre "Desafios da luta feminista" abriu a programação do 8 de março, em Pernambuco. Participaram: Itanacy Ramos (FMPE / Fórum Nacional de Mulheres Negras), Sílvia Camurça (AMB), Gilberta Soares (Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro), Sílvia Dantas (Rede Feminista de Saúde/Conselho Nacional de Saúde) e Marylúcia Mesquita (Fórum de Mulheres de Pernambuco/Conselho Municipal da Mulher).

Ontem, (8), o grupo de teatro Loucas de Pedra Lilás apresentou "A máquina das opressões contra as mulheres" e organizações do movimento de mulheres realizaram quatro passeatas, em diferentes horários e locais: uma delas contra tráfico de seres humanos (Coletivo Mulher Vida) e outra promovida por mulheres camponesas pelo fim da violência no campo que, além de homenagear Dorothy Stang, foi encerrada com a entrega de documento de protesto contra a atual política econômica na Delegacia do Ministério da Fazenda, em Recife.

Após uma sessão solene na Câmara Municipal (com a participação de Betânia Regino - FMPE/Comitê Político da AMB), o Fórum de Mulheres realizou uma caminhada, no centro de Recife, e o Centro das Mulheres do Cabo fez um ato político e passeata pelas ruas do município. Atividades culturais, a exemplo da "Terça Mulher Negra", encerraram a programação no dia de ontem.

Defesa do aborto legal e seguro

Integrantes de Católicas pelo Direito de Decidir, Rede Feminista de Saúde e demais organizações que compõem as *Jornadas Brasileiras pelo Direito ao aborto legal e seguro* (da qual faz parte a AMB), participaram com faixas e cartazes da passeata que marcou a segunda mobilização internacional da Marcha Mundial de Mulheres, realizada ontem, em São Paulo. Nas ruas, integrantes de Católicas distribuíram panfletos com pedido de apoio à campanha pela legalização do aborto, que coleta assinaturas no [site www.catolicasonline.org.br](http://www.catolicasonline.org.br).